



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

**ESPAÇO AGRÁRIO: REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES DE
TRABALHO**

**CONSTRUÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA, O CASO DO
ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL**

JORGE LUIZ RODRIGUES DE CAMPOS

**GUARABIRA
2018**

JORGE LUIZ RODRIGUES DE CAMPOS

**CONSTRUÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA, O CASO DO
ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TTC – Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira – PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Graduação em Geografia. Orientado pelo professor Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz.

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C198c Campos, Jorge Luiz Rodrigues de.
Construção de assentamentos rurais na Paraíba, o caso do Assentamento 21 de Abril [manuscrito] / Jorge Luiz Rodrigues de Campos. - 2018.
25 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Me. Thiago Leite Brandão de Queiroz, Departamento de Geografia - CH."
1. Reforma agrária. 2. Movimentos Sociais. 3. Assentamento Rural. I. Título

21. ed. CDD 333.31

JORGE LUIZ RODRIGUES DE CAMPOS

**CONSTRUÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA, O CASO DO
ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL**

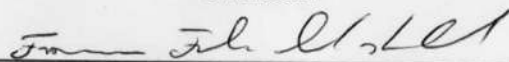
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira – PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Graduação em Geografia. Orientado pelo professor Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz.

Aprovado em: 30/11/2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DG)
Orientador



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DG)
Examinador



Prof. Ms. Ivanildo Costa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DG)
Examinador

Primeiramente a Deus que me deu forças para realizar este trabalho, ao meu orientador, a minha família, e a todos que fizeram parte da minha vida acadêmica, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde, força e discernimento para superar as dificuldades diárias nos momentos de conciliar estudo, família e trabalho.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que me oportunizaram a janela que hoje vislumbro, ou seja, um horizonte superior eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador, Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço ao meu falecido pai o senhor Alcino Gonçalves de Oliveira por sempre ter me incentivado aos estudos e se hoje estou aqui agradeço imensamente a ele.

A minha esposa Simone de Freitas Silva Rodrigues que foi a pessoa que me incentivou, me deu todo apoio e suporte para que eu fizesse o curso.

Não menos agradeço as minhas filhas Thaís Eugênia de Freitas Rodrigues e Thaíssa Claudiane de Freitas Rodrigues por toda paciência e compreensão nas vezes que não pude estar presente nos finais de semanas e feriados em família.

Aos meus amigos de sala por todo o companheirismo e em especial a Jéssica Evaristo Batista Florentino, Rita Nascimento da Costa, Adailma Viera dos Santos Souza e Adailton Clemente da Silva que foram pessoas maravilhosas que em todos os momentos estiveram juntos comigo nessa jornada.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2.DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOB UM OLHAR GEOGRÁFICO	10
3.REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA: A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	12
4.ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL: REALIDADES DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO.....	16
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
SITES CONSULTADOS	25

043 – GEOGRAFIA

CONSTRUÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA, O CASO DO ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: Reorganização Espacial e Relações de Trabalho

AUTOR: Jorge Luiz Rodrigues de Campos

ORIENTADOR: Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz – UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: PROF. DR. Francisco Fábio Dantas da Costa – UEPB/CH/DG

PROF. MS. Ivanildo Costa da Silva – UEPB/CH/DG

RESUMO

O presente artigo visa compreender a realidade manifestada no desenvolvimento contraditório do espaço agrário paraibano. Assim, objetivamos analisar as contradições na política de construções de assentamentos rurais, especificamente, o Assentamento 21 de Abril, localizado no município de Sapé/PB. Entender suas lutas, a criminalização sofrida, as conquistas e entre outros. Para alcançar nossos resultados, nossas fundamentações teóricas e conceituais partimos da leitura e interpretação de autores que discutem a temática em questão. Metodologicamente, nos pautamos na leitura e análise das contradições na produção do espaço geográfico no campo, a partir da vivência e experiência de vida dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, ou seja, no trabalho *in loco*.

Palavras chave: Reformar agrária, movimentos sociais, assentamento rural.

ABSTRACT

This article aims to understand the reality manifested in the contradictory development of the agrarian space in Paraíba. Thus, we aim to analyze the contradictions in the policy of construction of rural settlements, specifically, the Settlement April 21, located in the municipality of Sapé / PB. Understand their struggles, the criminalization suffered, the achievements and others. In order to achieve our results, our theoretical and conceptual bases start from the reading and interpretation of authors who discuss the subject matter in question. Methodologically, we focus on the reading and analysis of the contradictions in the production of geographical space in the field, based on the experience and life experience of the subjects involved in this research, ie, work *in loco*.

Word-key: Agrarian reform, social movements, rural settlement.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a reforma agrária no Brasil nunca existiu plenamente. Esse é um dos motivos que explicam a desigualdade social e a pobreza no país. Mais de 500 anos atrás quando o Brasil se tornou colônia de Portugal, houve a primeira divisão de terras no Brasil. Todavia, essa divisão expropriou vidas e espalhou pobreza sobre a população que ali, há tempos já habitavam o território denominado Pindorama e, concentrou terra e riqueza para a Coroa Portuguesa. A partir deste processo, se instalou no Brasil a exploração dos nossos recursos naturais e a terra foi transformada em mercadoria, sustentada numa estrutura fundiária concentrada na forma de grandes latifúndios.

Passados 500 anos pouca coisa mudou realmente. Os ricos continuam possuindo grandes latifúndios, degradando e explorando o solo com agrotóxicos, e cultivando monocultivos e *commodities* para exportação. Para isso expulsaram e expropriaram camponeses e pequenos agricultores familiares de suas terras, através de uma concorrência econômica monopolizadora, excludente e desleal, precarizando e explorando o trabalhador do campo, subordinando-o a lógica do agronegócio.

Sendo assim, pretendemos nesse texto, discutir e questionar a política pública de reforma agrária que sempre foi travada enquanto proposta efetiva, ampla e estrutural. O que enxergamos dessa proposta é uma política ineficiente de construção de assentamentos rurais precários, e em alguns casos, verdadeiros currais, onde os trabalhadores do campo são jogados à mercê da política agrária imposta pelos sucessivos governos.

Nesse sentido, objetivamos nesse texto, analisar o processo de ocupação e formação do Assentamento 21 de Abril, que está localizado na Região Geográfica Imediata de João Pessoa, que por sua vez está inserido no município de Sapé com a seguinte localização geográfica: Latitude: 7° 5' 39" Sul, Longitude: 35° 13' 58" Oeste. Com uma superfície de 315,53 km² e 131 metros de altitude. Município de Sapé. Cidade-Brasil; Disponível em <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sape.html>> Acessado em 13 de novembro de 2018.

Nossas fundamentações teóricas e conceituais foram sustentadas na concretude da realidade vivenciada em campo e, na leitura bibliográfica de

autores que discutem estas temáticas, entre os quais destacamos: Souza (1998); Oliveira (2007); Mitidiero Jr. (2008) Moreira e Targino (1997), entre outros. Metodologicamente, nos fundamentamos na pesquisa *in loco*, por intermédio do trabalho de campo e na abstração das experiências de vida dos nossos entrevistados.

2. DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOB UM OLHAR GEOGRÁFICO

A distribuição de terras no Brasil está relacionada desde o período colonial, onde os portugueses, para atender as demandas do capitalismo mercantil na Europa, impuseram uma estrutura radical no uso da terra. A terra, até então entendida como um bem comum da natureza passa a ser encarada como recurso lucrativo, rompendo assim, o uso coletivo da terra em prol do enriquecimento da Coroa Portuguesa.

No Brasil Colônia, a Corte distribuiu grandes áreas de terras para os “amigos da Coroa”, a partir das Capitânicas Hereditárias e Sesmarias¹, onde o objetivo era criar condições para o cultivo das novas terras conquistadas e povoar o novo território. Assim, os portugueses transformaram a estrutura fundiária brasileira em grandes latifúndios e em 1822 ocorreu a suspensão das concessões das terras (STEDILE, 2000).

Conforme mencionado anteriormente, as Sesmarias deram origem a grandes latifúndios e com a criação da Lei de Terras² de 1850, a terra tornou-se uma mercadoria que podia ser comercializada, isto é, a Coroa Portuguesa atribuiu um caráter mercantil a terra, transformando-a em propriedade, onde só seria proprietário quem pudesse pagar. Com isso, muitos ficaram excluídos e

¹ No século XVI, em 1536, por ordem do Rei de Portugal D. João III, foram criadas as Capitânicas Hereditárias no Brasil para oficializar e começar o processo de colonização. No início elas eram um total de quinze grandes áreas de terra e seus donos eram chamados donatários. SILVA, Daniel Neves. “O que foram as capitânicas hereditárias?”; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foram-as-capitânicas-hereditarias.htm>>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

² Lei de Terras, como ficou conhecida a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento específico que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. DUARTE, Lidiane. “Lei de Terras”; InfoEscola. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/lei-de-terras/>. Acessado em 13 de novembro de 2018.

sem o direito de possuí-la, pois só os grandes proprietários, os que já tinham terras, podiam comprar novas terras. Esse processo legitimou, agora de forma oficial, a propriedade privada da terra no Brasil.

Esse contexto pode ser melhor esclarecido, conforme afirma Moreira e Targino (1997, p. 49):

A concessão de sesmarias foi suspensa em 17 de julho de 1822 e em 18 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei 601, conhecida como Lei de 1850. Esta lei tinha por pressuposto básico a mercantilização da terra. A partir dela o acesso à terra limitava-se a quem tivesse condições de adquiri-la.

Portanto, foi no final do século XIX, com o fim da escravidão negra no Brasil que os proprietários de terras e “ex-donos” dos escravos negros se viram sem mão de obra para suas terras. O Estado por sua vez criou formas para que os negros agora livres continuassem trabalhando e se sujeitando aos proprietários de terras. A Lei de terras de 1850, favoreceu o acesso à terra através da compra, o que impossibilitou a maioria das pessoas que eram pobres, índios e escravos, o direito à propriedade.

De acordo com Moreira e Targino, (1997, p. 44).

A partir de então, a aquisição da propriedade da terra tem um papel significativo para entender a organização e submissão do trabalho. Pois, ex-escravos, homens livres e migrantes estrangeiros que não detinham dinheiro para adquiri-las, passaram a trabalhar um bom tempo em fazendas (meeiro, parceiros, moradores, alugados) para conseguir juntar dinheiro até comprar terras próprias.

Assim, podemos constatar que a propriedade da terra sempre esteve nas mãos dos mais ricos e sobravam para as demais pessoas vender seu tempo e força de trabalho nas terras dos fazendeiros como meeiro, parceiros, moradores e alugados. Esses nobres, enriqueceram mesmo sem nunca terem trabalhado para conquistar seu pedaço de terra e, contraditoriamente, os camponeses e trabalhadores do campo, foram expropriados de propriedade, mesmo sempre trabalhando todo o tempo. Eis a razão das desigualdades social do Brasil e da concentração da riqueza.

Para compreender esse processo, o entendimento em torno da concepção de reforma agrária é fundamental, e será essa nossa próxima discussão.

3. REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA: A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Na Paraíba, a luta pela terra remonta ao surgimento das Ligas Camponesas³, na década de 50, em contraposição à estrutura agrária que se formou desde o processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino através da expansão da cana-de-açúcar e da pecuária, ambas absorvedoras de grandes extensões de terra (SILVA, 2000).

De acordo com Silva (2000) os grandes proprietários de terras, fundam em abril de 1962, através da reunião da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APREP), a Liga dos Latifundiários (LILA). O objetivo dessa Liga era de associar os pequenos proprietários para que dessa forma evitassem o assédio das Ligas Camponesas.

Posteriormente, as Ligas Camponesas perderam sua força de ação logo depois da instauração do golpe militar de 1964, e com a criação dos sindicatos rurais. Durante a ditadura militar os camponeses que faziam parte das Ligas Camponesas recebiam forte repressões, eram perseguidos, presos e assassinados. Devido a coerção dessa época, as Ligas Camponesas não conseguiram prosperar (SILVA, 2000).

Todavia, a Paraíba possui um papel importante quando queremos falar das famílias ligas ao campo, da disputada pelo direito à terra e do protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo e, principalmente, da força que as Ligas Camponesas tinham no Estado.

A Liga Camponesa foi implantada na Paraíba em fevereiro de 1958, como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, ligada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). No primeiro Congresso de Trabalhadores da Paraíba realizado entre 10 e 13 de maio de 1958, foi denominada pela imprensa de Liga Camponesa de Sapé. Essa Liga se caracterizou pelas lutas travadas com os usineiros que compunham o grupo da Várzea. (SILVA, 2000, p. 1).

³ As Ligas Camponesas surgiram em 1946 e foram importantes defensores da reforma agrária no país antes da Ditadura Militar. Gasparetto, Antonio Junior. "Ligas Camponesas"; InfoEscola. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia/ligas-camponesas/>>. Acessado em 13 de novembro de 2018.

João Pedro Teixeira, o líder das Ligas Camponesas na Paraíba, foi assassinado em 1962 e sua morte foi atribuída pela opinião pública ao Grupo da Várzea⁴. Já em 25 de novembro do mesmo ano foi fundada a Associação dos Lavradores Agrícolas da Paraíba. A mesma tinha 14 associações e logo vinha a ser conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba (SILVA, 2000).

Uma das principais reivindicações dos movimentos sociais do campo, sem dúvidas é a Reforma Agrária. Um dos principais movimentos no Brasil e na Paraíba é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST nas últimas três décadas se tornou uma força social e política preponderante no campo da esquerda brasileira.

A luta pelo assentamento dos trabalhadores sem-terra, pela reforma agrária e pelo socialismo, é considerada pelos dirigentes do movimento como seus principais objetivos. São reivindicações que interferiram de forma significativa na configuração da realidade política nacional, principalmente como aconteceu nos anos de 1980 e 1990. O marxismo sempre foi a principal base teórica e política dos dirigentes para a criação da estrutura organizativa do MST e para a definição das estratégias políticas alinhadas com o seu projeto de sociedade (FEIX, 2012).

Então, percebemos que o MST é um importante Movimento Social em todo território nacional, e sua luta é para que possa existir justiça igualitária para os agricultores do campo, que o agricultor familiar possa viver da terra sem se submeter ao grande proprietário e a lógica capitalista por trás desse processo. O MST apropria-se da filosofia de Marx de igualdade, justiça social e o fim da exploração do trabalho, e isso só é possível na visão do movimento com a distribuição das terras improdutivas (QUEIROZ, 2012).

Outra organização de classe no campo muito importante na Paraíba é a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, apesar de se tratar de uma organização dos Bispos do Brasil, especificamente na Paraíba, se comporta semelhante a um

⁴ Os latifundiários na Paraíba constituíram o chamado Grupo da Várzea, que se destacava não só pela influência política que exercia nessa região, mas também pela violenta forma de tratar os conflitos de terra local, uma vez que o estado não exercia controle sob seus atos. Alves, Janicleide Martins de Moraes. PEDRO FAZENDEIRO: TRAJETÓRIA, LUTA E DOR DE UM LÍDER.

movimento social do campo, por estar envolvido diretamente nas questões relacionadas ao espaço agrário paraibano, como na denúncia dos conflitos e violência no campo (MITIDIERO JR., 2008).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam (MITIDIERO JR., 2008).

O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB (MITIDIERO JR., 2008).

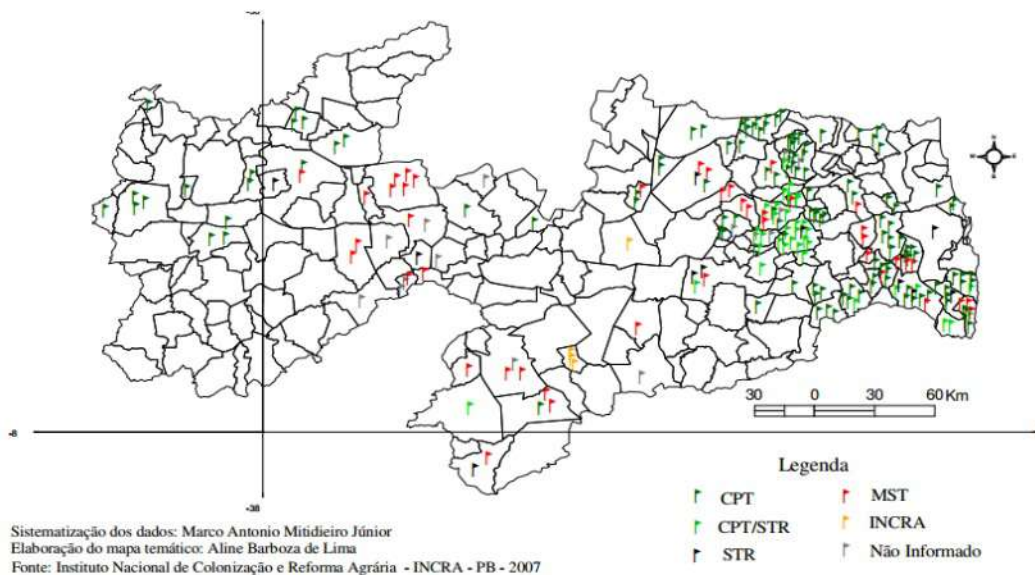
A CPT se destacou pela defesa do direito dos trabalhadores à terra, especialmente posseiros e sem-terra. Só que a democratização do acesso à terra passa pelo rompimento do latifúndio, por isso, se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária.

Na Paraíba a CPT teve uma proximidade com os grupos de trabalhadores rurais e camponeses oprimidos, teve a característica de dá apoio/assessoria aos lavradores e em muitos momentos se confundia como um movimento social que se organizava pela reforma agrária. Ela foi a principal arma do camponês. Sua participação foi tão intensa no estado que nem mesmo o MST conseguiu o mesmo alcance em se tratando de Paraíba. Mitidiero Jr. (2008) acrescenta:

Quando se analisam os dados das conquistas de terra na Paraíba entre 1976 e 2005, vê-se que a maior parte dos assentamentos rurais resultou de lutas acompanhadas ou levantadas pelo CPT. São 224 assentamentos rurais, dos quais 26 foram desapropriados pelo Instituto de Terras da Paraíba (ITERPA); três áreas foram compradas por um convênio existente entre o INCRA e o ITERPA; e 195 foram efetivados pelas desapropriações realizadas pelo INCRA.

A distribuição dos 224 assentamentos em relação aos respectivos movimentos, organizações ou instituições aos quais estavam ligados durante a luta pela terra e no momento de conquista da terra na Paraíba, pode ser melhor apresentado por Mitidiero Jr. (2008), representado na Figura 1.

Figura 1 - Assentamentos rurais na Paraíba segundo movimentos/organizações/instituições sociais que estavam ligados no momento da conquista da Terra - 1976/2006.



Sistematização dos dados: Marco Antonio Mitidiero Júnior
 Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – PB - 2007

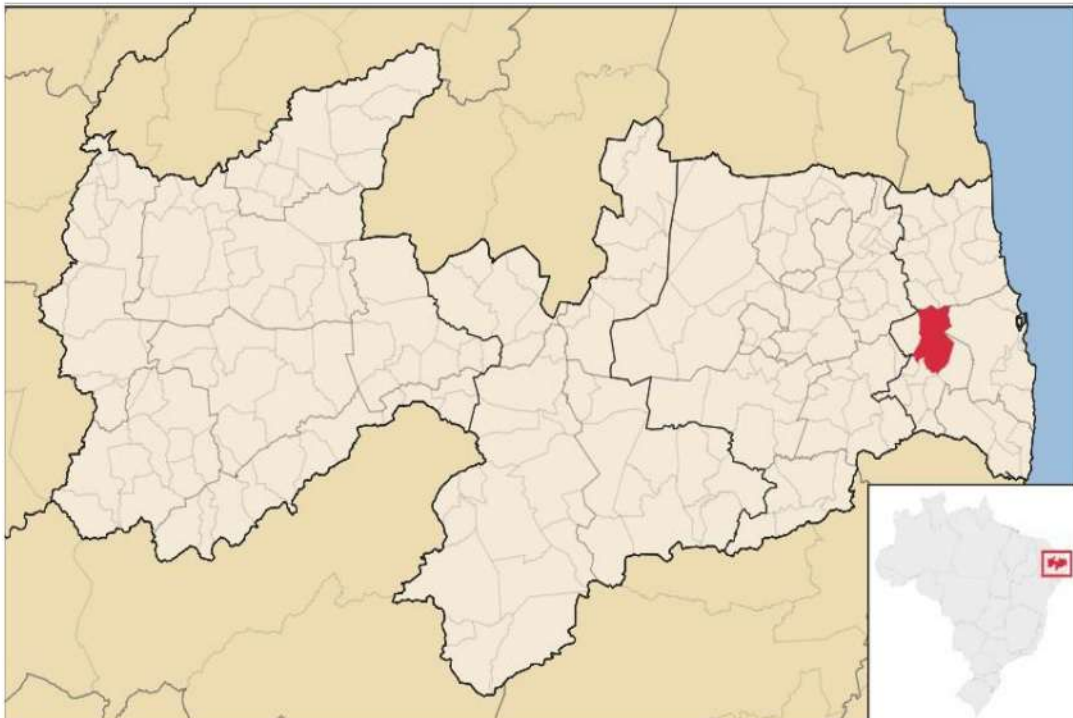
Na figura representada por um mapa, podemos observar que a localização dos assentamentos rurais sob influência da igreja na Paraíba, predominam na região geográfica do Agreste. Essa área é caracterizada como a maior produtora agropecuária do Estado e, sem dúvidas, responsável pela produção de comida, como nos revelaram os recentes dados do Censo Agropecuário 2017. Também, é evidente que os assentamentos rurais sob influência da igreja católica e, portanto, da CPT, é maioria na Paraíba.

Todavia, também verificamos uma importante territorialização do MST em praticamente todas as Regiões Geográficas Intermediárias no Estado, mostrando que os assentamentos rurais sob sua influência são melhor distribuídos.

4. ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL: REALIDADES DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO

O Assentamento 21 de Abril está localizado no município de Sapé/PB, na Região Geográfica Imediata de João Pessoa, a capital do Estado. O Assentamento possui acesso pela PB-073.

Figura 2 – Mapa da Paraíba com destaque em vermelho o município de Sapé.



Fonte: Google Maps

Por falta de uma localização precisa e mapas da área, traçamos com o auxílio do GPS dos nossos equipamentos de pesquisa, a rota do centro da cidade de Sapé/PB até o Assentamento 21 de Abril. Imagem a seguir:

**Figura 3 - Imagem do percurso
do Centro de Sapé ao Assent. 21 de Abril**



Imagem: do Autor

O Assentamento 21 de Abril localiza-se hoje, onde antes estava situada a Fazenda Nossa Senhora de Fátima, do fazendeiro João Figueiredo Ramos, o antigo proprietário. Medindo 420 hectares, parte dessa fazenda era improdutiva, e por esse motivo, 500 famílias de trabalhadores rurais da cidade de Sapé, Marí, Sobrado e outras localidades do estado do Rio Grande do Norte e Pernambuco resolveram ocupar parte das terras da fazenda, em 1996. Conforme podemos observar nas figuras 4 e 5.

**Figura 4 - Agricultores nos
acampamentos**



Imagem: Autor desconhecido

**Figura 5 - Repressão dos policiais
contra a ocupação**



Imagem: Autor desconhecido

Sendo que apenas 60 famílias realmente foram assentadas, outras tantas foram ocupar outras duas fazendas na região: a fazenda Dona Inês e Fazenda Santa Cruz, ambas em Sapé (Entrevista com liderança do Assentamento 21 de Abril. Trabalho de Campo, novembro. 2018).

De acordo com as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo ao Assentamento 21 de Abril, os agricultores que participaram do início da ocupação, nos informaram que foi muito tenso durante os primeiros meses. Os agricultores recebiam ameaças de capangas do fazendeiro João Figueiredo Ramos e repressão por parte da polícia. Nos informaram que quando a polícia vinha cumprir a ordem de desocupação era passado o trator sobre as lavouras dos agricultores, destruídas suas barracas e incendiadas o que restava. Esse momento pode ser observado conforme colocado por um dos nossos entrevistados⁵:

Os agricultores passavam muita dificuldade como acampados, risco de morte caso houvesse conflito físico com policiais e capangas do fazendeiro, fome por perder suas plantações e alimentos que estavam nas barracas e viam a polícia destruir tudo. Os assentados contavam com apoio de parte de membros da igreja católica ligada com movimentos sociais, mas essa ajuda não era pública, pois a igreja não permitia que padres se envolvesse com movimentos sociais do campo, esse apoio vinha da CPT, foi quem deu o suporte a luta dos assentados fornecendo mantimentos, apoio jurídico e foi responsável por todo o processo de ocupação e posse da terra. A CPT na figura de Frei Anastácio, e o sindicato dos trabalhadores rurais de Sapé sempre tiveram a frente dessa luta. A população por sua vez apoiava e via com bons olhos a luta pela terra por parte dos agricultores (Trabalho de Campo, novembro. 2018).

O Incra publicou em seu site oficial uma matéria sobre o Aniversário de 14 anos de criação do Assentamento 21 de Abril. Em 19 de abril de 2010 o então presidente da Associação Comunitária do Assentamento 21 de Abril, o agricultor Jailson Camilo da Silva, acrescentou:

Os agricultores, apesar da estiagem que enfrentam este ano, têm muito a comemorar. "Passamos oito meses acampados debaixo de barracas de lona, embaixo de sol e chuva, e tendo que fugir de capangas para plantar e colher o nosso sustento. Depois que a gente conseguiu a terra, também conseguimos

⁵ Optamos em não divulgar as identidades dos nossos entrevistados. Dessa maneira, não foram publicadas para uma melhor postura ética e científica.

casas de tijolos e ganhamos a liberdade para plantar”, contou “Assentamento 21 de Abril comemora 14 anos de criação na Paraíba”; Inkra. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamento-21-de-abril-comemora-14-anos-de-criacao-na-paraiba>>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

Os agricultores conquistaram de fato a posse da terra em dezembro de 1996, segundo relatos, as famílias de agricultores conquistaram, junto com os cerca de 412 hectares do assentamento, cidadania e qualidade de vida, melhorou a alimentação, o acesso à água e a educação das crianças.

Os Assentados do 21 de Abril produzem e criam anualmente: 200 caprinos, 3 mil aves, 150 animais diversos, 10 toneladas de inhame, 50 toneladas de batata doce, 15 toneladas de hortaliças, 100 toneladas de macaxeira, 50 toneladas de milho, 10 toneladas de mamão, 10 toneladas de graviola, 25 toneladas de feijão de corda, 20 toneladas de acerola, 15 mil unidades de coco verde e 20 toneladas de banana (Entrevista com o presidente da Associação dos Agricultores rurais do Assentamento 21 de Abril. Trabalho de Campo, novembro. 2018).

O Assentamento também conta com 10 famílias inscritas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de um programa governamental, criado em 1983, onde objetiva oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. Tem como principal objetivo a melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais (EMATER, 2018).

Também, os assentados participam do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Criado em 2003 pelo Governo Federal, objetiva a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar (EMATER, 2018).

Os principais benefícios gerados pelo PNAE e PAA aos agricultores são a criação de mercado para os seus produtos, a valorização da produção de alimentos locais e regionais, o incentivo à organização, cooperação e/ou formalização dos agricultores, o incentivo ao empreendedorismo local, a

valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais e novas oportunidades de negócio e geração de emprego e renda.

Atualmente as mulheres do assentamento compartilham de um grupo chamado Flores do Campo, onde participam de projetos relacionados ao PNAE e PAA, fazendo doces, bolos, empadas e coxinhas, que são fornecidos pelo projeto ao município, conforme podem ser observados nas figuras 6, 7 e 8 que seguem abaixo:

Figura 6 - Produção de empadas e coxinhas



Fonte: Facebook Mulheres do Campo

Figura 8 - Reunião de Equipe



Fonte: Facebook Mulheres do Campo

Figura 7 - Bolo de macaxeira



Fonte: Facebook Mulheres do Campo

É importante destacar que dentro do Assentamento 21 de Abril existe uma instituição de ensino para crianças e jovens, A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 21 de Abril, imagem da escola figura 9. Uma escola dentro de um assentamento rural evita que filhos de assentados tenham que se deslocar a grandes distâncias para estudar, e dessa forma é possível que filhos de assentados tenham acesso na escola a uma educação voltada para a realidade do campo. Todavia, a Educação do/no Campo na Paraíba passa por

graves problemas de cunho econômico e social, e vem sendo a tempo, contestada na pauta política dos movimentos sociais do campo.

Figura 9 - Escola. M.E.I.E.F. 21 de Abril



Imagem: do Autor, 2018.

Outro ponto muito contestado pelos trabalhadores do campo na Paraíba, é sem dúvidas a Reforma Agrária. Esta reforma já foi realidade desde muitos anos em vários países do mundo. Conforme colocado por Stédile (2000), sociedades desenvolvidas economicamente como os EUA e países da Europa, perceberam que a concentração da terra gerava desemprego, violência, aumento dos produtos alimentícios, entre outros problemas. Para resolver essas questões, distribuíram a terra com o objetivo de aumentar o desenvolvimento econômico do país.

Países como o Brasil que ainda não conseguiu executar uma reforma agrária plena estão fadados a sérios problemas sociais como expropriação camponesa e migração do campo para cidade, fome, miséria, violência e um crescente número de desemprego nas cidades devido ao aumento populacional ocasionado pelo egresso do trabalhador do campo para as cidades em busca de emprego. Esses agricultores ficam desempregados ou com subempregos muito devido à falta de uma formação técnica e cursos especializados para trabalhar em fábricas, lojas de varejo e etc.

A reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil a reforma agrária vem como forma de reparar uma injustiça com o trabalhador do campo que a décadas sofre com as injustiças que ocorrem no campo, com a criminalização e marginalização sofrida todas as vezes quando tentam de forma desesperada lutar por seus direitos de plantar na terra e manter sua família com dignidade.

A proposta de Reforma Agrária na Paraíba se mostra ineficaz quando pensamos a longo prazo, trabalhadores rurais são alocados em lotes de terras e o que parecia ser uma conquista na verdade acaba se tornando um problema social no campo. Não adianta colocar o trabalhador rural em um pequeno lote de terra e achar que sem nenhuma assistência técnica especializada ele conseguirá progredir. Nesse momento é a hora de o governo participar oferecendo investimentos com juros baixos, incentivos para criação de cooperativas e suporte técnico especializado. Dessa forma acreditamos que os assentamentos rurais na Paraíba poderão prosperar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de nossa pesquisa bibliográfica, bem como em nossas entrevistas com os assentados do 21 de Abril, podemos considerar que a reforma agrária tem um papel importante para a democratização da terra no Brasil. Entendemos que o atual plano de reforma agrária executado pelo poder público não atende plenamente aos anseios e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras assentados. Porém, essa atual política pública de posses de terra vem para tentar, de alguma forma corrigir um erro histórico com o agricultor familiar e camponês.

Em nossas entrevistas foi possível perceber que o agricultor familiar “grita” em seu lote de terra por ajuda. A maioria sofre com a dificuldade em obter recursos e treinamentos capacitados, para melhorar e aumentar sua produção. Em alguns lotes é difícil uma fonte de água para irrigação. Percebemos que a atual reforma agrária praticada na Paraíba não atende a necessidade do agricultor.

Uma das soluções encontradas em nossa pesquisa para melhorar e viabilizar a renda e a qualidade nos alimentos produzidos na agricultura familiar, seria a criação de cooperativas dentro dos assentamentos rurais, sendo que essa cooperativa deveria receber treinamentos especializado.

Esse treinamento poderia ser aplicado por técnicos ligados ao INCRA. Importante destacar que esses técnicos envolvidos no treinamento para cooperativa deveriam preferencialmente ter uma ligação com o histórico do assentamento, porque só assim evitaria que essa assistência tivesse um período de atuação curta como acontece hoje em vários assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. Pedro Fazendeiro: **Trajetória, Luta e Dor de um Líder**. Graduada em História/UFPB.

EMATER . **Projeto mercados Institucionais PNAE e PAA**. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>>. Acessado em 2 de novembro de 2018.

FEIX, Plínio José (2012). **O Pensamento Marxista no Projeto Político dos Dirigentes do MST**. <http://f1colombo-geografando.blogspot.com/2012/09/a-reforma-agraria-no-mundo.html>

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Editora Universitária - UFPB. Tese (2008).

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB. (1997).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p.

QUEIROZ, T. L. B. de. **Produção de agrodiesel na Paraíba: avanço do agronegócio das oleaginosas, movimentos sociais e soberania alimentar**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN. João Pessoa, 2012.

SILVA, Luciana Henrique. **A história contada: Surgimento do MST na Paraíba** (2000).

SOUZA, Francisco de Assis Varela. (1998). **Reforma Agrária: da questão histórica nacional à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba**. João Pessoa: UFPB - CCSA - CME.

STEDILE, João Pedro (2000). Latifúndio: **O Pecado Agrário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record.

XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA “TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”; **A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS FHC E LULA E SEUS REBATIMENTOS NA REGIÃO DO BREJO**. Universidade Federal de Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

6. SITES CONSULTADOS

<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>
Acessado em 2 /11/2018 às 21:14

<http://www.incra.gov.br/assentamento-21-de-abril-comemora-14-anos-de-criacao-na-paraiba> publicado dia 19/04/2010, Acessado em 16/10/2018 às 20:38

<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sape.html> Acessado em 02/10/2018 às 22:40

<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acessado em: 27/10/2018 às 22hs.

<https://www.facebook.com/Grupo-de-mulheres-flores-do-campo-do-assentamento-21-de-abril-560285207359850/>

<https://www.google.com.br/maps/search/sap%C3%A9/@-7.1133957,-35.2409091,1520m/data=!3m1!1e3>